



P
**ARA APRENDER
COM A TERRA**
MEMÓRIAS E NOTÍCIAS
DE GEOCIÊNCIAS
NO ESPAÇO LUSÓFONO

Henriques, M. H., Andrade, A. I.,
Quinta-Ferreira, M., Lopes, F. C.,
Barata, M. T., Pena dos Reis, R.
& Machado, A.

Coordenação

HISTÓRIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA:
UMA VERSÃO DESCRITIVA
E UM ESTUDO DE CASO BRASILEIRO

HISTORY OF GEOGRAPHICAL SCIENCE:
A DESCRIPTIVE VERSION
AND A BRAZILIAN CASE STUDY

D. F. C. Reis Júnior¹ & M. D. Araujo Neto²

Resumo – Embora ainda não se disponha, em língua portuguesa, de obras volumosas que tratem da história da Geografia pelo viés panorâmico-descritivo, da literatura corrente (estrangeira, sobretudo) deduz-se, com relativo consenso, certa trajetória evolutiva: do empirismo oitocentista ao abstracionismo contemporâneo. Desta mesma trajetória, é possível deduzir também, para a microescala dos estudos de caso nacionais, determinadas inflexões e mudanças de paradigma. Este texto divulga, junto à comunidade lusófona de geocientistas, um pouco da evolução do pensamento geográfico – e explorando, particularmente, ao final, o caso contemporâneo brasileiro: uma transformação havida na importância das pesquisas geográficas no país. Os autores sustentam que se teria perdido o *status* pragmático-científico da disciplina, em prol de uma militância político-ideológica. Noutras palavras, no Brasil, a Geografia teria se transformado de geociência em geodiscurso.

Palavras-chave – História da geografia; Tradição clássica; Revolução teórica; Discurso radical; Caso brasileiro

Abstract – Although there are no voluminous books in Portuguese language concerning the history of Geography from the panoramic and descriptive bias, from the current literature (especially foreign) it can be drawn, with relative consensus, a certain evolutionary trajectory: from the nineteenth century empiricism to the contemporary abstractionism. And from

¹ Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, subsolo, módulo 23, 70910-900, Brasília/DF, Brasil; dantereis@unb.br

² Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, mezanino, sala B1-606, 70910-900, Brasília/DF, Brasil; mdzan@unb.br

this same trajectory it can be deduced, to the micro-scale of the national case studies, certain inflections and paradigm shifts. This paper divulges to the Lusophone community of geoscientists some of the evolution of geographical thought – and particularly exploring, at the end, the contemporary Brazilian case: a shift occurred in the importance of geographical research in that country. The authors argue that the pragmatic-scientific status of the discipline would have been lost in favor of a political-ideological militancy. In other words, in Brazil, Geography would have turned from geoscience to geodiscourse.

Keywords – History of geography; Classical tradition; Theoretical revolution; Radical discourse; Brazilian case

1 – Introdução

Com os elementos que compõem esta comunicação pretendemos divulgar alguns aspectos da história da Ciência Geográfica (e especialmente a brasileira) junto aos profissionais das geociências.

Para isso, apresentamos aqui dois cortes temáticos. Primeiramente, um esboço sinóptico da história da Geografia, à base de historiografias já publicadas. Está será, pois, uma seção mais geral, jogando o papel funcional de noticiar esta evolução e, com isso, melhor difundir a real identidade de nosso campo científico. (Trata-se até mesmo de corrigir a histórica inabilidade do geógrafo em dar publicidade ao seu secular *métier*, pois que, no senso-comum, vigora ainda a idéia de que a Geografia lidaria essencialmente com a descrição geral/nominal de paisagens físicas ou humanas – uma ciência à qual cabe preencher, com o singular e o pitoresco, almanaques e anuários). No segundo corte, exporemos as considerações concernentes a uma pesquisa em particular que vimos desenvolvendo nos últimos tempos, e que diz respeito, enquanto estudo de caso, à alteração histórica havida nas atividades intelectuais e aplicadas do geógrafo brasileiro. Esta última seção consistirá, portanto, num enfoque temático, pelo qual daremos relevo à determinada circunstância (ou recorte têmporo-espacial) daquela evolução.

A referida pesquisa – em execução a quatro mãos, no Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília – objetiva diagnosticar as causas do descrédito que o geógrafo brasileiro tem experimentado junto às instâncias de decisão. O fato, que decorre, entre outros motivos, de uma atual imperícia teórico-metodológica e, concomitantemente, uma baixíssima desenvoltura em táticas autopromocionais, catalisa o espírito de tribo; isto é, engendra a condição atual de uma espantosa pulverização do campo em subsectores especializados – cada um deles com respectivas linguagens e visões de mundo. Com isso, ironicamente, à medida que se foi definindo uma imagem externalizada de colapso (quer dizer, a Geografia, aos olhos dos não-geógrafos e grande público, tida por uma disciplina inofensiva; coadjuvante, quando muito, nos grandes feitos científicos), também se definiu um imaginário interiorizado de altivez (ou seja, agora aos olhos dos próprios tribalistas, excedendo-se no ufanismo, uma disciplina autossuficiente, ou, por excelência, “a” encarregada de uma messiânica missão sócio-espacial).

Os autores sustentam ainda que o estado de coisas tem rebatimentos sérios em escalas institucionais; por exemplo na que se relaciona com a formação acadêmica (via conteúdos e currículos) do profissional geógrafo.

2 – Geografia: nascimento e evolução de uma Geociência

Como referido há pouco, apresentaremos neste primeiro corte temático uma versão descritiva para a história da Geografia, baseada em literatura estrangeira (CAPEL, 1981; DENEUX, 2006; CLAVAL, 2008). Esta versão deriva de uma pesquisa iniciada, há dois anos, junto ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, e pode ser considerada consensual. Será genérica e concisa o suficiente para tal.

É possível considerar o caso geográfico como um dos mais remotos saberes. Mesmo antes da Antigüidade clássica, esteve presente no atendimento aos imperativos da sobrevivência humana, tais como a necessidade de se localizar e de identificar os recursos disponíveis/úteis à habitação, à alimentação e ao crescimento. Mas nos ateremos aqui à era mais próxima, respectiva a uma já identificação disciplinar e sua conseqüente sistematização científica.

Quando da institucionalização da Geografia como disciplina universitária (segunda-metade do século dezenove, na Alemanha e França) criou-se para ela um âmbito de explicações que a aproximavam grandemente das ciências naturais. O corriqueiro recurso aos expedientes metodológicos da Geologia e da Botânica atestava isso. Relatos esmiuçados, ilustrados por croquis, e ensaios taxonômicos. Ocorre que o âmbito, apesar de inicialmente bastante bem demarcado (quadros fisiográficos, distribuições diferenciais e usos), seria lido sob mais de um aspecto, conforme circunstância conjuntural daqueles que dele se serviriam: num extremo, um âmbito meramente informacional; noutro, um âmbito teleologicamente aplicativo.

O período que podemos chamar “clássico” (*L'Âge d'Or*) da Geografia tem seu florescimento em princípios do século vinte, com uma culminância entre os anos trinta e quarenta. Sua fase de amadurecimento – quando, então, já se tira partido dos produtos que iniciativas pioneiras haviam semeado (Sociedades de Geografia, revistas, atlas, cartas-murais) – caracteriza-se por uma, provavelmente não-deliberada, cristalização de certos saberes, os quais, decerto, pareceriam ser emblemática e precisamente geográficos: a prática inventariante, o discurso literário, o raciocínio indutivista e o foco regional (CLAVAL, 1998). Ao longo do período, a Geografia jogará o papel de “informar” – por exemplo, a respeito das regiões e seus recursos. Esteve, assim, previsivelmente, muito associada às esferas da tomada de decisão; e, não raras vezes, orientando tecnicamente ingerências imperialistas e neocoloniais.

Conclamada a diagnosticar estados e propor readequações, a partir dos anos cinquenta a Geografia sofre aquela que foi, provavelmente, sua mais intensa *linguistic turn*. Vivia-se o fenômeno espacial da urbanização que, dentre outras demandas, pedia às ciências sociais uma maior desenvoltura teórico-metodológica. A virada lingüística em Geografia significou, desde então, o recurso aos mais variados expedientes de sistematização: do discurso nomotético (bem representado por uma militância extraordinária em prol dos protótipos teóricos ou modelos) à semiologia matemática (mormente identificada no emprego de técnicas quantitativas). Era a *New Geography* – ou, dita por muitos, *Theoretical Geography*. Visivelmente, o galicismo cedia lugar ao anglicismo. Mas aos estertores da década dos sessenta, vozes discordantes começariam a ser ouvidas: algumas, em unísono, reivindicando teoria, por assim dizer, “mais crítica” (apontando as contradições ou seqüelas de uma apropriação do espaço tipicamente capitalista); outras, mais heterogêneas e heterodoxas, reclamando uma Geografia transcendente aos dados

meramente materiais; isto é, uma Geografia nem tão concentrada em descrever um quadro natural (geografismo ecológico do período clássico), nem tão empenhada em otimizar um uso econômico (geografismo teórico dos 50's em diante) e nem tão obcecada em denunciar as mazelas de um ditame político (geografismo neomarxista dos 70's em diante). Esta outra nova Geografia, chamada, conforme assimilações locais, “humanística”, “comportamental” ou “da percepção”, rompe (em graus variáveis – a depender da irreverência do ativista) com a perspectiva materialista, há muitas décadas vigorando no pensamento geográfico. Depois do inventário de recursos naturais (tradição classicista), do planejamento locacional da produção (revolução teórica) e da denúncia das seqüelas do sistema (discurso crítico), advinha a interpretação de imaginários sobre os lugares. E surgia uma espécie de geógrafo psicanalista. *Géographe humaniste* nos países francófilos; *behavioral geographer*, nos anglófilos³.

Diante do fato de que, com os sucessivos adventos paradigmáticos, visões de Geografia multiplicaram-se, aconteceu do espectro de temas com que o geógrafo lida restar perturbadoramente vasto. Inventário de recursos naturais; análise e exploração dos mesmos; meio ambiente versus ação antrópica; ocupação do território; processos de urbanização (redes, circuitos); ordenamento territorial (políticas, instrumentos); mobilidade (migrações); arranjos institucionais; formação de nacionalidades; pertencimento territorial; elos de afetividade com lugares; territorialidade das práticas (étnicas, de gênero, etc.);...

É que daqueles vários paradigmas recém-mencionados, o que resultou foi o alargamento de perspectivas postas na alça de mira do geógrafo: do material-objetivo (que já induzia o profissional à comunhão teórico-metodológica com geólogos, biólogos, físicos e economistas) ao imaterial-subjetivo (levando-o a compartilhar da liturgia discursiva de antropólogos e psicólogos).

O fazer geográfico, ao longo da história, dirigiu atenção a dinâmicas e fenômenos respectivos a cada contexto: conhecimentos cosmográficos e mapeamento vegetacional, quando das Grandes Navegações; localização de recursos e mercados e instalação de sistemas de transporte, quando do advento das civilizações industriais e impérios neocoloniais; modelagem de fluxos (de informação, capital, trabalho), quando da intensificação da internacionalização da economia. Entretanto, apesar de ter desempenhado funções-chave em vários momentos da história, hoje não dá ares de conseguir transcender a condição de disciplina “menor”, ou pouco expressiva, se comparada a outros domínios e saberes práticos (ARAÚJO NETO & REIS JUNIOR, 2011).

³ No Brasil a repercussão do geografismo ecológico deu-se espontaneamente, a contar das primeiras décadas do século vinte, devido à influência das literaturas francesa e alemã (embora esta mais indiretamente). Mas com a assimilação do geografismo teórico – que no Brasil se deu com o lapso temporal de uma década (só o identificamos nitidamente por volta de 1968) –, aquelas descrições do quadro natural sobreviveriam apenas no recinto da Geografia Física. Ou seja, foram os geógrafos humanos os que se enveredaram deliberadamente em estudos com as novas metodologias. E no Brasil, a aplicação de técnicas quantitativas para entender a hierarquia econômica de centros urbanos foi algo bastante praticado entre 1968 e 1978. Mas essa repercussão da *New Geography* no país não perdurou mais de um decênio. O fato de que se vivia, à época, sob um regime militar, criou a impressão de que a geografia do planejamento estava a serviço do ideário ditatorial de então. Sendo assim, ao longo dos anos setenta uma geografia do discurso social crítico foi encontrando condições favoráveis a uma mobilização gradativa de profissionais. Por essa razão, quando alguns geógrafos brasileiros tomam conhecimento da escola humanística (graças a traduções editadas na década dos 80's), já não havia margem muito aberta à propagação de novas abordagens. O geografismo neomarxista já se difundira e estabelecera definitivamente no país. Daí serem raros, hoje, os geógrafos que se dedicam a estudos de comportamento espacial à luz de teoria psicológica.

3 – Geografia Brasileira: enfermidade e morte de uma Geociência

A fim de melhor apresentar aquilo que no próximo corte temático nos referiremos como sendo a eclosão de uma patologia, caracterizaremos agora, em mais detalhes, alguns episódios da história da Geografia.

O período de quase um século, que se estenderá entre os anos setenta do século dezanove e os cinqüenta, do vinte, caracterizou-se não somente pela instituição do marco acadêmico da Geografia (em universidades alemãs e francesas), mas muito pela auto-designação de disciplina a lidar com os arranjos combinatórios da natureza. No entanto, apesar de que quase sempre os estudos requeressem de seus autores uma formação bastante versátil (enciclopédica até), eles ou eram explicitamente físicos – dando maior ênfase aos elementos vegetacionais, pedológicos, hidrológicos, etc. (e, portanto, assemelhando o trabalho do geógrafo ao de um “geólogo-botânico”) –, ou eram sobretudo humanos – neste caso, privilegiando o fator sócio-cultural (e, assim, de certa maneira, aproximando o levantamento geográfico das etnografias antropológicas clássicas) (DENEUX, 2006). Como se pode perceber, a formação universitária de um geógrafo pressupunha instruí-lo em saberes multidisciplinares. Ilustra isso uma notável obra escrita por AROLDO DE AZEVEDO (1910-1974), célebre autor de livros didáticos, dos anos quarenta aos sessenta. Em “Monografias regionais” (1943), ele descreve com minúcia todos os dados que um estudante deveria levantar numa expedição a campo: dos mais ínfimos caracteres do solo aos mais particulares detalhes da rotina agrícola. E a crítica, advinda em meados do século vinte, a este modelo de Geografia no final das contas pouco funcional, residia, naturalmente, no fato de que, malgrado alguns dos estudos deterem de fato uma identidade dúplice (quer dizer, reunindo tanto o fato zonal, de ordem naturalista, quanto o fato regional, de cunho antrópico), jamais se conseguiu falar, em termos competentemente epistemológicos, da amálgama entre os fatos. Ou seja, quando muito, fenômenos de natureza e de sociedade eram sim contemplados, mas nunca explanados, pela via de modelos teóricos, na sua (tão aventada) mútua condição de reciprocidade.

O que a *New Geography* pretendeu subverter foi exatamente essa pecha de campo científico desprovido de parâmetros nomotéticos; isto é, um campo disciplinar que, a rigor, nem mereceria o adjetivo de científico. Por consequência dos novos reclamos e da imensa oferta de expedientes teórico-metodológicos, adentra o discurso geográfico um relativamente transgressor arsenal de técnicas analíticas e de modelos conceituais: cálculos matemáticos, tratamentos estatísticos, terminologias fiscalistas, biólogos e econométricas. No Brasil, em dois epicentros: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, no interior do estado de São Paulo (MONTEIRO, 1980). Esta incorporação, mais que mero câmbio lingüístico, teve o efeito incontestado no plano da ação do geógrafo: doravante, ele, desde que empenhado em instruir-se nas ferramentas alienígenas, adquiriria a competência necessária a fornecer subsídios técnico-científicos às esferas do planejamento e da tomada de decisão.

Todavia, há idiosincrasias nítidas quando se averigua a forma como as matrizes do pensamento científico ancoram num ou noutro país. E o caso brasileiro foi emblemático em pelo menos um aspecto. Porque é certo que a Geografia num plano geral, a bem dizer, trifurcou a partir dos anos sessenta; noutras palavras, a contar da onda de

repreensões aos métodos clássicos, advieram leituras distintas sobre o objeto de estudo do geógrafo: uma neopositivista, uma neomarxista e outra fenomenológica (CHRISTOFOLETTI, 1982; REIS JÚNIOR, 2008a). Ainda assim, a relativa preponderância de um matiz, por razões que, bem sabemos, a sociologia do conhecimento nos esclarece, tende a ser função de circunstâncias micro-escalares: instituições promotoras, indivíduos vanguardistas, etc. (REIS JÚNIOR, 2008b). Logo, foi possível se dar que, no Brasil, o fato da vertente teórico-quantitativista ter emergido justo num contexto de regime político militar, engendrou-se uma ambiência intelectual naturalmente propensa a delatar este modelo de geografia como sendo servil ao poder executivo; vindo, pois, a defender a causa de uma ciência comprometida com teorias (o que definia seu combate ao classicismo positivista), só que teorias sociológicas críticas (o que definia, ademais, seu também combate à proposta neopositivista da *New Geography*, que entendeu se tratar de reacionária, ou uma pseudo-renovação – conforme insinuaram autores estrangeiros, militantes do neomarxismo).

A emergência da chamada Geografia Radical brasileira data do fim da década de setenta (GONÇALVES, 1978; SANTOS, 1978), enquanto o discurso sistematicamente crítico, dela derivado, ganha força e progressivas publicidade e notoriedade ao longo dos anos oitenta do século vinte (SANTOS, 1982; MORAES & COSTA, 1984), com rejuvenescimentos no século presente (MOREIRA, 2006; MOREIRA, 2009). E o efeito colateral que mais se fez sentir na identidade do campo disciplinar foi, sem dúvida, a gradativa transfiguração curricular dos cursos universitários. Em não poucos casos, Departamentos de Geografia, que antes integravam Institutos de Geociências (num âmbito, portanto, de convivência com ciências experimentais e exatas), passaram a ser abrigados em Institutos de Ciências Humanas ou Faculdades de Filosofia e Letras.

Se a disciplina ainda guardaria, na retina do olhar “de fora”, essa embaraçosa identidade dúplice (análise de formas naturais versus denúncia de processos políticos), na visão do “lado de dentro”, foi-se consolidando uma visão de geografia do discurso ideológico.

3.1 – Seqüelas e outros diagnósticos

O advento da Geografia moderna, espanada de todo tradicionalismo que lhe rendia pouca operacionalidade, coincide com um ensejo favorável à assimilação de ferramentas teóricas e técnicas bastante promissoras. Provavelmente, as teorias sistêmicas e o instrumental ligado à representação abstrata da informação espacial – entendam-se, modelos sobre conjuntos coerentes e revolução informática – são os mais auspiciosos produtos ofertados à época.

Sustentamos que, por decorrência do que chamamos “vozes discordantes”, e sua conseqüente repreensão àquilo que entenderam ser um *status quo* positivista (dos inventários pueris, das quantificações alienadas), a Geografia, resultando pulverizada, não pôde contar com contingente suficientemente coeso, comprometido a operar segundo linguagens e ferramentas mais promissoras (CHRISTOFOLETTI, 1992). E no lugar da comunhão de uma mesma sistemática linguagem, emergiram nominalismos e designações terminológicas insípidas; maníacas na (re)produção de frases-feitas, na medida em que não trazem consigo inovações teórico-metodológicas cujo emprego aumente de fato a eficácia

do conhecimento geográfico, orientando-o, teleologicamente, na resolução de problemas práticos⁴.

Entendemos que esta condição é suficientemente respondida pela ineficiência com que, no transcorrer de uma dinâmica de múltiplas nascentes paradigmáticas, o geógrafo lidou com o potencial energético que sua disciplina acumulara até (pelo menos) o primeiro terço do século vinte. Porque eram já muitos os fenômenos e processos pelos quais o olhar geográfico poderia ser atraído. Mas como coligá-los, fazendo-os gravitar em torno de um mesmo método e linguagem? O próprio hábito descritivo-inventariante, caracterizador da época clássica, rendera, evidentemente, um monumental arquivo de estudos do tipo monográfico (CAMARGO, 2009). Milhares de regiões, espalhadas pelos quatro-cantos do mundo – e bastaria mesmo só o emaranhado mosaico cultural/natural do território brasileiro –, encontraram ocasião de figurar centrais nalguma Tese ou levantamento. Trabalhos estes, invariavelmente exaustivos: sua identidade biofísica (da florística à geomorfológica) e as marcas humanas (do histórico da ocupação à atual especialidade econômica regional) (PENHA, 1993).

Com o advento do matiz epistemológico chamado “teorético-quantitativista” engendrara-se uma oportunidade para fazer daquele extraordinário acervo algo mais operacional; isto é, algo de expeditamente legível. A proposta de uma sistematização via tratamento estatístico, e referendada pelo emprego de modelos teóricos norteadores, tinha sido de fato pensada a fim de que o trabalho geográfico – agora estribado sobre instrumentos técnico-científicos consagrados por disciplinas prósperas – ganhasse praticidade, mais que exuberância. Noutras palavras, convertendo a (reconhecida) versatilidade em (efetiva) presteza. Mas ao contrário, por exemplo, do caso anglo-saxão, no Brasil não houve afero perdurado aos procedimentos lógico-abstratos. Daí podermos diagnosticar que a Geografia, neste país, padeceria de um mal endêmico: a deliberada auto-privação de ferramentas lingüísticas e operacionais que, no mínimo, ajudariam um pouco o profissional a proceder nas análises que levam (pensando bastante otimistamente, é claro) à explicação sistêmica dos arranjos paisagísticos⁵.

Entendemos que muito da prostração em que a Geografia se encontra hoje se deveria, então, a um não obstinado investimento em modelos conceituais e em técnicas de tratamento

⁴ Nos referimos aqui ao fato de que, refutando a presunção de neutralidade dos positivistas, os críticos voluntariamente inauguraram um estilo de texto mais adjetivado. Apareceu, portanto, um gênero de assertivas construídas à base de juízos de valor – o que, num certo sentido, estabeleceu que o geógrafo podia fazer julgamentos morais. “Subordinação do espaço aos interesses do capital”; “apropriação perversa do território”; “instrumento de dominação burguesa”; etc. Todas expressões comuns a um mesmo dialeto: o da delação. Decerto, os críticos pensavam estar, finalmente, dando relevância social ao seu trabalho; mas, restringindo-se a um insistente discurso combativo, não acharam vez de também propor. Assim, sem oferecerem alternativas ao “mal” capitalista, as vozes discordantes restaram estritamente denunciadoras, e pouco ou quase nada propositivas.

⁵ Sustentamos essa afirmação categórica baseados precisamente no descrédito que, por mais de uma vez na história, os métodos formais tiveram junto ao círculo geográfico brasileiro. E em dois contextos exemplarmente. Primeiro, durante as iniciais seis décadas do século vinte, quando da prática de uma geografia empírica herdeira dos preceitos franceses (dentre os quais, a preferência pelo procedimento indutivo e a desconfiança dos raciocínios muito sistemáticos e dedutivos) – o que impediu que nossos geógrafos clássicos tivessem se aproximado, por exemplo, dos progressos científicos que já se sentiam em Ecologia (incorporação da termodinâmica, cibernética, teoria dos jogos). Segundo, quando do próprio advento da *New Geography*, posto que raríssimos pesquisadores arriscaram esforço intelectual mais penoso, como o de ensaiar explicações a partir de modelos naturalistas relativamente complexos mas sugestivos (princípio da incerteza, teoria do caos, geometria fractal).

de dados que unificassem o argumento dos praticantes desta disciplina (padronizando, por extensão, métodos de validação consistentes).

Em termos de formação universitária, o que se verificou foi uma sensível marginalização do espectro naturalista da disciplina, em prol do tratamento de matérias de cunho social e político. Na verdade, a relevância destes aspectos para o pleno entendimento da organização humana das paisagens nunca foi omitido; o abuso em questão traduz-se, isto sim, pelo profundo esvaziamento do raciocínio lógico-sistemático – desde há muito uma marca-registrada da investigação formal dos fenômenos. Se o geógrafo reconheceu sua inoperância em explicar conjuntamente os fatos físico e humano, isto é um fato realmente relevante na história da ciência geográfica; contudo, optar (nas vezes de “solução ao problema”) pela mutilação consciente do domínio científico (não obstante o quão bizarro possa parecer), isto acabou figurando uma tática filosoficamente aviltante. Daí que, em muitas situações, os graduandos em Geografia sentem como se as matérias consagradas aos processos naturais edificantes da paisagem – mineralogia, pedologia, geologia, zoologia, botânica, hidrologia, climatologia – fossem meros caprichos de currículo. E de fato, no Brasil esses domínios, que por décadas puseram o geógrafo a frequentar o círculo das ciências duras, parecem hoje constar dos currículos como (quando muito) matérias ou temáticas de função não mais que subsidiária. Resulta disso que o geógrafo é, atualmente, bem menos versado do que já foi (no período clássico) em conteúdos basilares – quer dizer, instruído acerca dos princípios de ciências naturais – e deficitariamente versado (já que desperdiçou a proposta teórico-quantitativa) em conteúdos operacionais – isto é, familiarizado com instrumental técnico de ciências físicas e exatas (CHRISTOFOLETTI, 1990).

Essa menor versatilidade, resultante de uma formação universitária deficiente, vendo sob outro aspecto, explica-se, por efeito decorrente, de currículos que acabam priorizando matérias de geografia social. A perspectiva da deliberação humana é forçosa, mas é óbvio que, ao se primar por um aspecto, termina-se por esvaziar o outro; e, assim, conteúdos originários das ciências exatas, apesar de que possam seguir constando dos planos de cursos (dando, então, um ar de razoável equilíbrio), não favorecem uma visão integradora dos conteúdos – competência na qual o geógrafo, apesar de tudo, ainda se fia.

O final da década dos setenta define o ingrediente contextual que condicionará, em grande medida, os simultâneos sepultamento e decreto de atribuições da Geografia: a esta ciência, definitivamente, não caberia mais a tarefa de subvencionar tecnicamente os empreendimentos econômicos de ocupação e uso da terra; o que as populações dela esperariam é sua astuta vigilância, na denúncia de episódios de apropriação socialmente sórdidos. Diante do recrudescimento do matiz ideológico, o geógrafo naturalmente perderia alcance de ação profissional – por exemplo, perdendo espaço para praticantes de ciências que, naquela conjuntura, desenvolveriam para si um horizonte de atuação técnica absolutamente tempestivo: se a época denotava inquietações ambientalistas (dados os já visíveis impactos do imperativo capitalista sobre a natureza), foi previsível o surgimento de um geólogo ambientalista, de um ecólogo perito, de um biólogo socialmente sensível, de um economista capacitado à valoração do patrimônio ambiental, de um sociólogo instruído em processos naturais (CHRISTOFOLETTI, 1984). Todos eles articulados com a esfera da ciência aplicada (ou, noutras palavras, de bom grado aliadas a um poder político ciente de que o amparo em saberes exímios é o que garante estratégias sustentáveis). E todos eles desenvolvendo estudos para os quais, não fosse o sucesso acadêmico da Geografia Radical, o geógrafo poderia/deveria estar contribuindo.

Vige no subcampo da geografia social um “princípio hedonístico”, segundo o qual os autores, pensando produzir teorias legítimas, não fazem senão exercitar um prazer individual à base de elucubrações maneiristas, mas cujo teor transmite-se com facilidade (LAMEGO & REIS JÚNIOR, 2009). E este discurso crítico pode, eventualmente, encontrar ressonância junto ao público frequentador dos bancos universitários – por exemplo, se o estudante estiver à procura de uma causa pela qual pareça nobre lutar. E no Brasil a convergência de um fator vem justamente a ser determinante: não raras vezes este público enquadra-se num perfil econômico desprivilegiado. Sendo assim, a retórica autodenominada “combativa” arregimenta, sem esforço, seus soldados (REIS JÚNIOR, 2010).

4 – Considerações finais

A evolução do pensar e do fazer geográficos, numa amostra de modestos cem anos (1890-1990), demonstra um processo de eclosões sucessivas de vieses interpretativos – assentados, decerto, em respectivos preceitos ou matizes filosóficos. A depender do modo peculiar com que, em cada país, tais eclosões se deram (se numa lógica substitutiva ou de coexistência), certos vieses podem assumir status circunstancial de primazia.

Atualmente, verifica-se que a geografia brasileira compreende um principal e expressivo grupo de praticantes/representantes defendendo, convictos, uma respectiva visão de ciência. Empregando aqui terminologia alusiva à que Michael E. HURST, mordaz algoz da *New Geography*, utilizou em 1973, diríamos que o grupo forma o “Alto Clero” (*College of Cardinals*) da disciplina no país. Representa o *establishment* acadêmico, a *intelligentsia* vigorante. Restam, entretanto, contingentes modestos que até exercitam, mas bastante timidamente, uma geografia mais aplicada. Como se depreende, este costuma ser o caso de profissionais que, em suas pós-graduações, aproximam-se de programas de pesquisa onde a análise ambiental encontra-se devidamente municiada pelos ideários do planejamento e da gestão (e, é claro, nem um pouco refratária às ferramentas matemático-computacionais).

Mas os poucos sinais de sobrevivência do caráter geocientífico da disciplina não comprometem o, aparentemente já arraigado, “estilo de fazer geografia” brasileiro. Nos bancos universitários continuam a ser mais lidos e difundidos discursos sociológicos ao estilo “crítico” – isto é, forma-se um geógrafo que tende a ser sobretudo um sistemático censor; quase nunca um sagaz consultor. Alguns destes textos chegam até mesmo a ser redigidos em linguagem deliberadamente hermética, para gozo de um autor mais vaidoso que escrupuloso.

Assim, confundindo sensibilidade social (que todo cientista, inclusive o mais prático, deve possuir) com o super-heroísmo do politicamente correto, proscreveram-se os saberes utilitários. E a Geografia, de clássica geociência, tornou-se um geodiscurso.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO NETO, M. D. & REIS JÚNIOR, D. F. C. (2011) – A disturbing diagnosis for geographic science: the Brazilian case examined. In: European Colloquium on Quantitative and Theoretical Geography. Harokopio University, Athens, 17, p. 1-9.

- AZEVEDO, A. (1943) – Monografias Regionais: planos sumários para pesquisas de caráter geográfico. Limitada, São Paulo.
- CAMARGO, A. P. R. (2009) – A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, 2, p. 23-39.
- CAPEL, H. (1981) – Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Editorial Barcanova, Barcelona.
- CHRISTOFOLETTI, A. (1982) – As perspectivas dos estudos geográficos. In: Christofoletti, A. (ed.). *Perspectivas da Geografia*. DIFEL, São Paulo, p. 11-36.
- CHRISTOFOLETTI, A. (1984) – Geologia ambiental ou geografia física? *Geografia*, 9, p. 242-244.
- CHRISTOFOLETTI, A. (1990) – Formação acadêmica em ciências ambientais: a perspectiva de um geógrafo. *Geografia*, 15, p. 137-141.
- CHRISTOFOLETTI, A. (1992) – O conhecimento geográfico no Brasil: considerações de um geógrafo. *Geografia*, 17, p. 107-115.
- CLAVAL, P. (1998) – Histoire de la Géographie Française: de 1870 à nos jours. Nathan, Paris.
- CLAVAL, P. (2008) – Histoire de la Géographie. Presses Universitaires de France, Paris.
- DENEUX, J.-F. (2006) – Histoire de la Pensée Géographique. Belin, Paris.
- GONÇALVES, C. W. P. (1978) – A geografia está em crise. Viva a geografia! *Boletim Paulista de Geografia*, 55, p. 5-29.
- HURST, M. E. (1973) – Establishment geography: or how to be irrelevant in three easy lessons. *Antipode: A Radical Journal of Geography*, 5, p. 40-59.
- LAMEGO, M. & REIS JÚNIOR, D. F. C. (2009) – Imposturas geográficas, ou como ser um crítico naïf, em três lições. In: Encontro Nacional da ANPEGE. UFPR, Curitiba, 8, p. 1-12.
- MONTEIRO, C. A. F. (1980) – Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências. USP, São Paulo.
- MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. (1984) – Geografia Crítica: a valorização do espaço. HUCITEC, São Paulo.
- MOREIRA, R. (2006) – Para Onde Vai a Geografia? Por uma epistemologia crítica. Contexto, São Paulo.
- MOREIRA, R. (2009) – O Pensamento Geográfico Brasileiro, 2: as matrizes da renovação. Contexto, São Paulo.
- PENHA, E. A. (1993) – A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo. Fundação IBGE, Rio de Janeiro.
- REIS JÚNIOR, D. F. C. (2008a) – História do pensamento geográfico: de que preceitos ele é feito? (as fundações filosóficas). In: Encontro Nacional de Filosofia. UNISINOS, São Leopoldo, 13, p. 171-172.
- REIS JÚNIOR, D. F. C. (2008b) – História do pensamento geográfico: quais normas a conduzem? (os modelos de evolução). In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. UFF, Niterói, 11, p. 1-16.
- REIS JÚNIOR, D. F. C. (2010) – Quinze bons argumentos contra a geografia teórica; quatorze contra-argumentos melhores ainda (ou quando o quantitativo nada quer dizer). In: Godoy, P. R. T. (eds.). *História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia*. Cultura Acadêmica, São Paulo, p. 111-143.
- SANTOS, M. (1978) – Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. HUCITEC, São Paulo.
- SANTOS, M. (1982) – Novos Rumos da Geografia Brasileira. HUCITEC, São Paulo.